Forças Armadas Europeias Comuns. Motor militar interligando aspetos económicos, culturais e sociais

Coronel
António de Oliveira Pena

1. Ao debruçarmo-nos sobre o assunto "Forças Armadas Europeias Comuns", tivemos como motivação inicial o estudo da *INTRODUCÇÃO* do primeiro número da *Revista Militar* (Janeiro de 1849), da autoria do Fundador, tenente do Real Corpo de Engenheiros, António Maria de Fontes Pereira de Mello. Daquele texto, considera-se oportuno destacar como inspirador da maior atualidade: "*Com as armas do raciocínio, no campo da imprensa livre, combatem-se antigos prejuízos, diffunde-se a instrucção, deffinem-se os interesses legítimos, e trabalha-se com affan em todos os melhoramentos, que importam verdadeiramente ao bem-estar da espécie humana*."

2. Em termos de proposta de artigos a publicar, a nossa ideia de há muito ainda merecia análise intercalada com o desenvolvimento realizado no espaço editorial da Revista, em 2016. Naquele ano, relevaram-se as Relações Estratégicas da União Europeia e a Segurança na Europa, nos seguintes trabalhos: VIII ENCONTROS – Relações Estratégicas da União Europeia – colóquio realizado em 18 de outubro e artigos publicados em novembro, agosto/setembro, abril e janeiro (VII ENCONTROS – A Centralidade Geoestratégica de Portugal – intervenção intitulada *Contributos de Portugal para a Segurança e Defesa Europeia*).

Ainda em 2016, dezembro, *A Força de Gendarmerie Europeia – Uma década de participações em Operações de Gestão de Crises* e os editoriais de fevereiro/março, abril, junho/julho, agosto/setembro, outubro e novembro, constituem peças relevantes a esta reflexão construída, em especial, com recurso à análise de textos e de documentos de livre acesso. O estudo daquele acervo anual, embora necessário, pela sua atualidade, é suficiente para demonstrar, por um lado, a competência dos oficiais portugueses no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e, por outro, o *esquecimento* da importância da assunção progressiva de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) baseada em Forças Armadas Europeias Comuns. Neste aspeto, é conveniente

aprofundar o contexto da constituição e as motivações que estiveram na base da *Força de Gendarmarie Europeia*, como exemplo para apresentação de contributos portugueses no sentido do desenvolvimento da componente militar da PESD, em especial, atuando ao nível do Instituto Universitário Militar (IUM), do *Erasmus Militar* e também da *Revista Militar*, na sequência de *Relações Estratégias da União Europeia* (VIII ENCONTROS).

Os contributos aqui desejados, em especial pela componente de investigação do Instituto Universitário Militar, também podem responder a considerações sobre o assunto apresentadas por sócios efetivos da *Revista Militar*, no colóquio *Relações Estratégicas da União Europeia* (VIII ENCONTROS), nomeadamente:

– "*Em termos estruturais, a UE tem de reafirmar e praticar os fundamentos e princípios constitutivos do projeto europeu, em que os valores da solidariedade, da subsidiariedade, do respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pelas identidades e pela afirmação das soberanias nacionais e das instituições democráticas, sejam um reforço e a expressão de uma coesão política, económica e social, que potencie a afirmação política, económica e no domínio da segurança, no contexto da Comunidade Internacional. E neste ambiente internacional coexistem desafios, para os quais a UE tem de ter respostas próprias, (…); só uma UE coesa e solidária poderá ser o interlocutor internacional com os grandes poderes que os europeus entendem poder ser*".[1]

– "*Na perspectiva geopolítica, onde avultam com particular significado, para além dos recursos das respectivas bases de poder, os factores geohistóricos e geoeconómicos, admite-se que, no patamar mais elevado os EUA surjam isolados como potência com capacidade global e, num segundo patamar, actores como a União Europeia, o Reino Unido, a Índia, a China, a Rússia e o Japão, seguidos de países emergentes detentores de recursos estratégicos e politicamente estáveis*"[2].

3. Nesta reflexão orientada para provocar estudos e, como já se disse, construída em especial com recurso à análise de textos e de documentos de livre acesso, recorda-se *Compreender*, de Pierre Bourdieu, para justificar o relevo que se pretende dar ao assunto, possuindo relativamente pouco envolvimento na pesquisa científica. Esta referência surge quando, para além do *espaço* ocupado por este artigo se pretender reduzido, se tem como objeto acompanhar outros envolvimentos que decorrem em Portugal, na União Europeia e noutros mundos, alargado debate sobre o *Futuro da Europa*[3].

A passagem pelo *campo* Segurança e Defesa constituiu-se opção para apontar pistas durante os estudos superiores realizados, cursos de mestrado (1994/1997) e de doutoramento (1998/2006), na docência universitária, exercida de 1996 a 2014, unidades curriculares *Economia* (curso de licenciatura *Ciências da Comunicação e da Cultura*), *Comunicação Interna*, *Motivação e Liderança*, *Media e Opinião Pública e Ética Socioprofissional,* em outros cursos de licenciatura e de mestrado, e também no livro baseado na tese de doutoramento, editado em 2016.

As pistas orientam-se para dois aspetos:

– No século XXI a arma dominante é o ser humano, mesmo que se tivesse vivido o deslumbramento bélico do armamento americano utilizado no Iraque (2003/2004) e noutras operações especiais. A arma dominante, o ser humano militar, resulta da necessidade de se alargar o âmbito da segurança como indispensável ao bem-estar das populações.

– O segundo aspeto relevado foi a construção da Segurança e Defesa da União Europeia exigida para consolidar a integração económica, política e cultural.

A forma como se está a desenhar a conflitualidade e a organização das Forças Armadas que atuam no terreno, a todos os níveis hierárquicos em tempo real e individual, exige militares altamente competentes em todos os escalões. O desenvolvimento tecnológico do armamento e de outros materiais com interesse vital para as forças armadas é notável, mas alterou-se a forma de combater. Os militares de baixa graduação deixaram de ser *peças da máquina*, sempre comandados, para em certas missões atuarem como comandantes, líderes, embaixadores, juízes, polícias, agentes de saúde e muitas outras formas de envolvimento, passando de integrados no *Sistema* a constituir-se *Sistema*. Na atual conjuntura bélica *jogam-se* as mais diversas manobras para transformar em vantagem a adversidade, nomeadamente na *força amiga* ultrapassando burocracias, dispersão de órgãos de segurança e defesa e multiplicidade de competências. Quando se enfrenta o *inimigo*, a tentativa de transformar a adversidade em vantagem exige a preparação cuidada de estratégias tendo presente a possibilidade de estar organizado em modelos inovadores e de contínua transformação. Para enfrentar as *panóplias* de amigos e inimigos no espectro das operações militares e de segurança, importa relevar a sabedoria, a disponibilidade e a condição moral e física do ser humano militar, por serem decisivas à vitória final mais apetecida, que se traduz na ideia de Sun Tzu (A Arte da Guerra), "*subjugar o inimigo sem combater é o cúmulo da perícia*".

Ao longo dos cursos, na tese, nas aulas e, sobretudo, no livro aproveitaram-se as oportunidades que surgiram para referir (interligar) *campo militar;* segurança; prevenção, proteção e socorro; *media*; educação; economia e religião. Nesta abordagem militar salienta-se que o mundo atual é da segurança e insegurança dos cidadãos e não da paz/guerra entre nações. Esta mudança, este conceito, recomendam outra postura ao ser humano profissional do *campo militar*. A segurança e defesa exigem aos seus agentes posturas de alta competência, mesmo o militar de menor graduação em missão no exterior protagoniza o *embaixador* do país, o amigo protetor das populações. A quantidade foi ultrapassada pela qualidade que é vital ao cumprimento da missão, *saber fazer* nos aspetos de informação, estar (presença), aceitação e desembaraço, este garantindo flexibilidade de atuação e capacidade para reavaliar e alterar a forma prevista para cumprir a missão.

Na sequência da *crise/guerra* do Iraque (2003), as complexas problemáticas relacionadas com a PESC da UE mereceram estatuto prioritário no respeitante a estudos e implantação progressiva. "*(...) A Europa sendo um gigante económico continua a ser*

anão político, os EUA continuam sem saber a quem telefonar na Europa em caso de necessidade quando estão em causa problemas no âmbito de segurança e defesa"[4].

Portugal tem participado no enquadramento geral do planeamento de forças utilizado na UE, havendo na primeira fase do Processo (*European Capabilities Action Progress – ECAP*) sido escolhido para chefiar o painel de operações especiais, tendo realizado trabalho meritório nos aspetos de conceptualização e especificação das capacidades requeridas pela UE. No fim da presidência belga existiam órgãos político/militares permanentes, havendo já uma certa operacionalidade parcial. A seguir, na presidência espanhola, definiu-se a necessidade da UE possuir capacidade para intervir num qualquer conflito, o que deu origem à "*Força de Reação Rápida*", prontidão até 10 dias, dimensão de 20 000 militares, dispondo de meios navais e aéreos dedicados. Agora, como já acontecia em 2004, quando se ultimava a tese de doutoramento, ainda se desenvolvem estudos para estabelecer novas diretivas/missões e sequentes planeamentos de forças, mas a *turbulência* continua a impedir a criação dum fundo de defesa comum suficiente para aquisição de capacidades comuns. As reservas partem dos países que receiam tal atitude por lhes parecer passo decisivo para o *federalismo*[5].

Numa visão prospectiva, agora já tendo em consideração o LIVRO BRANCO SOBRE O FUTURO DA EUROPA, de 1 de março de 2017, visualiza-se uma PESC numa *UE28* (já incluindo a Turquia), em 2025, resultante da conjugação de esforços, desenvolvidos em ambientes democráticos, de políticos, economistas e militares. Ao mesmo tempo, deve existir preocupação prévia relacionada com formação/qualificação/treino comuns, para cada vez mais elementos, através da utilização de valências das instituições de ensino dos estados membros que se disponibilizarem para essas ações. Nesta UE pujante economicamente e a caminhar para mecanismos políticos e sociais abrangentes (interligados) impõe-se uma Política de Segurança e Defesa Comum, com Forças Armadas próprias.

4. Ao percorrer o *Google* (fevereiro/março de 2017), entrando com *Forças Armadas Europeias Comuns*, observou-se, em primeiro lugar no conjunto de 160/180 mil resultados, o trabalho de investigação individual "FORÇAS ARMADAS EUROPEIAS – UMA IDEIA COM FUTURO?", apresentado pelo Tenente-coronel (DEU) Andreas Florian Tschakert, oficial do exército alemão, orientado pelo Tenente-coronel (SM) Francisco Thó Monteiro. O trabalho é de 2014, no curso de Estado-Maior Conjunto 2013-2014, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), agora Instituto Universitário Militar.

Deste trabalho, o melhor que se encontrou desde que se estuda o assunto, destacam-se seis pontos e conclusões, ficando apenas sem destaque, por não interessar ao nosso trabalho, o ponto "Ideias alternativas a um Exército Europeu Comum":

– Introdução. *Sondagens regularmente efetuadas mostram que a maioria dos cidadãos da UE apoiam política externa e de segurança comum*; *Existem algumas opiniões favoráveis à criação de Forças Armadas Europeias Comuns; A relevância do*

tema resulta do processo de unificação europeia, ou seja os 28[6] *estados-membros podiam expressar-se a uma só voz a nível económico e também ao nível da segurança e da defesa atuando, sendo necessário, com o recurso a meios militares em ações conjuntas*;

– A História da Política Europeia de Segurança e Defesa. *A Cooperação Política Europeia (CPE) não se ocupava de questões político-militares dado que eram abordadas na OTAN; Em 01 de dezembro de 2009 entrou em vigor o Tratado de Lisboa, passando a Política Europeia de Segurança e Defesa a fazer parte da Política Externa e de Segurança Comum*;

– Forças Armadas Europeias. Desejo ou Necessidade? *A UE já ambicionava ter Forças Armadas europeias operacionais desde o Tratado de Maastrich (1993) no sentido de Política Externa e de Segurança Comum*; *Os Estados europeus estão, assim, obrigados a sair da sombra dos EUA e a emanciparem-se sob o ponto de vista militar*; *Se a UE pretender tomar as rédeas da sua segurança ,preservar os seus interesses e, se necessário, implementá-los, assumir a responsabilidade por si própria e por outros no mundo ,orientar os acontecimentos mundiais e cooperar no seu desenrolar, superar os problemas financeiros atuais sem perdas definitivas do controlo militar, então não existe forma de contornar o caminho que conduz à criação de um exército europeu comum, operacional e bem equipado*;

– Forças Armadas Europeias: propostas de definição, pressupostos e funcionamento. *Mesmo idioma* (no nosso trabalho considera-se o inglês como segunda língua obrigatória por parte de todos os cidadãos da UE); *Renúncia à soberania nacional, liderança europeia e introdução do euro nos países onde ainda isso não ocorre; Sistema jurídico europeu comum; Mercado de armamento europeu*; *O projeto Forças Armadas Europeias deve ser transparente, ativo e seguido pelos políticos com poderes de decisão, sendo fundamental convencer os cidadãos no sentido de uma 'Força de Paz' europeia*; *A UE ficaria obrigada a demarcar-se mais da OTAN, no sentido de ser aceite como ator relevante, autónomo e ativo num mundo multipolar*;

– Limitações e problemas na estruturação de Forças Armadas Europeias comuns. *Os Estados europeus mostram-se reticentes à renúncia da soberania em política externa e de segurança*; *Sugere-se que o inglês seja definido como idioma comum, pois já é utilizado em unidades mistas e respeitado na maioria dos sistemas escolares dos Estados europeus*; *A UE já é aceite enquanto instituição, mas sentida com distanciamento pelos seus cidadãos*; *Na perspetiva do autor seria recomendável uma certa emancipação da UE em relação à OTAN, se tiver intenção de ser considerada autónoma, desempenhando uma função política e militar. Tal só poderá resultar através da estruturação de capacidade militar, que atualmente não pode ser disponibilizada pela UE, mas apenas pela OTAN ou, na realidade, pelos EUA*;

– Avaliação da probabilidade de implementação a médio prazo. *A determinação de uma política de defesa comum da UE, que culmina numa defesa comum é um objetivo muito ambicioso de difícil concretização, A própria formulação do Tratado de Lisboa (2007) é tão vaga e sem objetivos cronológicos que acaba por assumir um carácter não*

vinculativo (apenas se incitam os Estados a preparar os respetivos caminhos num quadro cronológico adequado);

– Conclusões. *A longo prazo será inevitável a constituição e um exército europeu comum*; *Todo este processo deve ser desenvolvido com transparência perante os cidadãos da UE, devendo ser acompanhado por medidas no sentido do desenvolvimento de mecanismos de prevenção de crises e conflitos, de modo a que esta estruturação seja avalizada e apoiada pelos cidadãos da UE*; *o mais difícil de ultrapassar é a indisponibilidade evidenciada pelos estados-membros relativamente à renúncia aos seus direitos nacionais de soberania*; *O trabalho mostra, por um lado que as Forças Armadas Europeias parecem ser uma consequência lógica, útil e oportuna. Por outro lado, tal facto não está refletido na realidade (política e social) europeia. Apesar de manifestações em contrário falta a vontade política dos estados nacionais com vista a esta implementação; A ideia de Forças Armadas Europeias tem, e deve ter, futuro, ainda que o percurso seja longo*.

5. A terminar este texto, volta-se ao livro relacionado com a tese de doutoramento, referido na nota 3, para salientar uma passagem ilustrativa da caminhada que importa fazer em relação aos instrumentos de comunicabilidade e aos *espaços* culturais existentes e assumidos na atualidade. Podendo adaptar-se a este assunto, nas pp. 107/108, parágrafo *I.4.2 – Conceito de mediação*, conta-se um *desabafo* do Professor Adriano Moreira, no Instituto de Altos Estudos Militares (agora Instituto Universitário Militar), em maio de 2004. Nas conclusões do Painel 3, *O caso nacional: respostas setoriais de caráter não especificadamente militar*, do seminário *"Terrorismo Transnacional – Estratégias de Prevenção e de Resposta"*, o Professor, atuando como moderador, ao comentar as intervenções de dois ex-ministros da Administração Interna que foram pouco propositivos, terminou da seguinte forma: "É preocupante que a mensagem ainda seja: é preciso pensar. Temos soluções, mas temos muitos atrasos em as assumir. Receio que, em vez da luz ao fundo do túnel, tenhamos o túnel ao fundo da luz"[7].

Nesta sequência, recorda-se que, para além das Forças Armadas Europeias se assumirem como componente indispensável do poder da UE, visando o objetivo segurança, podem contribuir para o bem-estar no âmbito do seu emprego em termos de duplo uso e, sempre, exemplificando valores morais e comportamentos éticos num quadro de atuação de sacrifícios, riscos e de direitos reduzidos, vividos com disponibilidade permanente para cumprir missões da maior diversidade em qualquer lugar.

Esta reflexão ocorre em ambiente de discussão generalizada sobre o futuro da Europa, envolvendo os países da União, havendo em Portugal diversos meios de esclarecimento para que cada cidadão possa participar e fazer a sua própria escolha dentro dos princípios democráticos que nos envolvem. Naturalmente, como se tem vindo a salientar, importa, desta vez, ter em consideração que a dimensão decisiva para *mais e melhor* União Europeia – existência de Política Comum de Segurança e Defesa – se dinamize a União Europeia da Defesa através da criação e *construção progressiva* de

“Forças Armadas Europeias Comuns”.

---

[1] General Pinto Ramalho, Presidente da Direção da *Revista Militar*; VIII Encontros da Revista Militar; in *Revista Militar*, janeiro de 2017, pp. 17/18.

[2] Tenente-general Araújo Geraldes, Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar: VIII Encontros da Revista Militar; in *Revista Militar,* janeiro de 2017, pp. 21/22.

[3] Nesta justificação de superficialidade na abordagem de assunto ainda pouco trabalhado no ambiente académico, retira-se do texto *Compreender*: “Por estas razões me parece indispensável tentar explicar as intenções e os princípios dos procedimentos que nós temos colocado em prática na pesquisa cujos resultados apresentamos aqui. O leitor poderá assim reproduzir na leitura dos textos o trabalho de construção e de compreensão de que eles são o produto”, Bourdieu, Pierre (Coord); *A Miséria do Mundo*; Editora Vozes, 4ª edição, Petrópolis. 2001, pp 693/694.

[4] SILVA, Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da; *A PESC – Prospectivas de evolução do ponto de vista militar*; in *Revista Militar,* dezembro de 2003, p 1215.

[5] Esta parte do número 3 do texto foi *retirada* de I.4.1 – Teoria do Conhecimento, incluído em I.4 – Análise da teoria do conhecimento e do conceito de mediação, do Capítulo I – Modelos e trabalhos científicos, do âmbito das Ciências da Comunicação, desenvolvidos ao longo do século XX, pp 104/105/106/107, do livro baseado na tese de doutoramento. PENA, António de Oliveira; *Estratégias de Comunicação para reduzir a incerteza em situações complexas de decisão*; Editora CRV, Curitiba/Brasil, 2016.

[6] Mantém-se o quantitativo (28) mencionado no trabalho do Tenente-coronel Andreas Tschakert, realizado quando ainda existia o Reino Unido, por se admitir, no futuro, o ingresso da Turquia como se pode inferir da crónica, “*Traiter Erdogan comme Al-Sissi*”, de Arnaud Leparmentier, incluída no assunto EUROPA, p. 24, do jornal *Le Monde*, de 16 de março de 2017, que termina: “*Les Européens ne sont pas totalement démunis pour prendre la main: le Brexit renforce la cohésion des Continentaux et met fin au rêve américain d’avoir une UE qui coincide avec celle de l’OTAN*”.

[7] Este *desabafo* consta do texto sobre o assunto da autoria do jornalista João Pedro Henriques, publicado no jornal ‘Público’, de 20 de maio de 2004.